



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Matheus de Mello Albuquerque

EDUCAÇÕES URBANAS

Uma experiência de construção de autonomias na cidade

Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a conclusão da disciplina de Trabalho Final de Graduação I.

Orientador: Prof. Me. Antônio Agenor de Melo Barbosa.

JUIZ DE FORA

Julho de 2017

“Gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares pouco importantes, conseguem mudanças extraordinárias”

PROVÉRBIO AFRICANO.

RESUMO

O presente trabalho expõe o que foi o desafio de criar interfaces para a apropriação do debate sobre a produção do espaço urbano e arquitetônico na sociedade capitalista fora dos círculos acadêmicos e profissionais, extrapolando da figura do profissional arquiteto e urbanista a mediação entre sujeito e produção do espaço, entendendo a importância da ampliação desse debate como uma das necessárias forças de atuação na busca da possibilidade de transformação da nossa forma de organização de sociedade de classes. Através de práticas educativas populares, busquei gerar exercícios críticos com jovens secundaristas de escolas públicas sobre a nossa realidade urbana - especificamente de Juiz de Fora -, investigando de forma livre as dinâmicas da produção urbana e arquitetônica características das cidades brasileiras, os principais conflitos e sintomas dos processos de urbanização dos países periféricos e de industrialização tardia como o nosso, fundamentado na experiência cotidiana do público alvo para construir relações entre temas como Habitação, Mobilidade, Espaços Públicos, Espaços Violentos, Campo x Cidade, Espaços Decisórios e a cidade materializada em que vivemos.

Palavras chave: direito à cidade, produção urbana, educação popular, juventude

AGRADECIMENTOS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. DIREITO À CIDADE	9
2.1. Cidade: Espaço dialético	10
2.2. A urbanização capitalista	11
2.2.1. <i>Paris, séc. XIX</i>	15
2.2.2. <i>Nova Iorque, séc. XX</i>	17
2.2.3. <i>Séc. XXI, globalização</i>	20
2.2.4. A violência	25
2.3. Direito à cidade	28
3. O URBANISTA	33
3.1. Autonomia e dependência	34
3.2. Quando o conhecimento é ocupado	46
3.2.1. Ocupações escolares	46
4. CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS: A INTERFACE	56
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

1. INTRODUÇÃO

O fato de nos debruçarmos numa ciência que propõe o exercício e a reflexão sobre a produção do espaço, seu planejamento, desde as suas necessidades mais básicas até as mais complexas, aliando um trabalho com certo refinamento no processo, faz com que nós, latino-americanos, filhos do terceiro mundo, ao olharmos para as ruas, para os bairros, para as nossas cidades, deparando-nos com o que de fato temos disponível de espaço produzido, tão diferente do que somos acostumados a pensar e projetar, questionamo-nos: por que nossas cidades são assim?

Por que realmente a primeira coisa que vem à mente quando se pensa em construir através do senso comum é que a arquitetura é algo supérfluo?

O saber da arquitetura é elitista, e se assume assim.

Nossa profissão é encarada como algo que qualquer um pode fazer, porque na verdade, realmente qualquer um pode. Todas as pessoas pensam sobre o espaço, organizam-o. Seja na escala de um quarto, seja na reforma da casa.

O processo mais básico do fazer arquitetura é planejar a coincidência de necessidades sociais dentro de um espaço físico material. Abstraindo a complexidade que essas necessidades podem alcançar em casos mais elaborados, o essencial da profissão está presente na essência do trabalho.

O profissional da construção civil não é somente uma das profissões mais desvalorizadas como também é a profissão mais comum de quem tem pouca especialização.

Com o tempo de faculdade, é fácil perceber que a questão é muito mais distante do que o sonho da profissão na arquitetura nos faz imaginar, bem mais complexa e fruto de outras dinâmicas onde o arquiteto é só mais uma engrenagem.

Então quais são as forças que constroem as nossas cidades? Por que para nós existem a violência, a pobreza e desigualdade, a sujeira e etc? Quais são as forças que definem tamanha privação de conforto para milhões de cidadãos enquanto outros se beneficiam? já que o arquiteto não tem esse controle, ao contrário do que o glamour da faculdade nos faz pensar, quem tem?

E já que não será através do desenho que o arquiteto irá salvar o mundo, como uma engrenagem desse sistema pode se utilizar dos seus conhecimentos para ajudar a pelo menos reduzir os problemas?

“A própria arquitetura, medicina, urbanismo, bebem das idéias fora do lugar. Decorrente da falta de informação, da falta de enxergar o país real é alienação que temos em relação à realidade, inclusive na formação universitária dessas profissões.” (MARICATO, 66º Fórum de Debates Brazilianas.org, 2015)

Na primeira parte chamada de *Direito à cidade*, uso os trabalhos de pesquisa de Ermínia Maricato (2015) e David Harvey (2005; 2013; 2014) para tentar construir um cenário onde fique exposto de maneira geral alguns dos fatores que determinam e determinaram o modo de funcionamento e de organização do espaço urbano capitalista no mundo e no Brasil a partir da perspectiva da luta de classes levando em conta as nossas características históricas, e assim visualizar quem realmente projeta nossas cidades, encontrando o horizonte possível em que podemos vislumbrar formas de atuação na busca do equilíbrio de forças que determinam nossas cidades.

Na segunda parte, busco tentar entender qual tem sido o papel até então d'O *Urbanista* nesses processos urbanos. Desse cenário exposto, me utilizo da investigação do grupo MOM (Morar de Outras Maneiras) da Escola de Arquitetura da UFMG, mais especificamente do conceito desenvolvido de *Interface*, uma ferramenta (entre outras coisas) que busca construir e multiplicar uma mediação entre a população e a produção do espaço (e o conhecimento da produção do

espaço) que supere a necessidade da figura do profissional (no sentido daquele que obteve acesso ao conhecimento tradicional).

Na terceira parte, vislumbro a construção e a aplicação de um modelo de mediação atuando com a população jovem nas escolas secundárias, a ser desenvolvido na disciplina de Trabalho Final de Graduação II. É nesse contexto que a interface proposta busca se reproduzir e contribuir para a formação de uma sociedade mais consciente.

2. DIREITO À CIDADE

Saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (HARVEY, 2013)

2.1. Cidade: Espaço dialético

O texto escrito por David Harvey para a revista brasileira Piauí em 2013, na esteira das *manifestações de junho* no país, retoma um dos aspectos do conceito de “direito à cidade” desenvolvido por Henry Lefebvre logo antes, mas não por isso alheia às *manifestações de maio* nas ruas e vizinhanças da Paris de 1968.

Embora em épocas, propósitos, e estruturas diferentes, a Comuna de Paris em 1871; as revoltas de Paris e das cidades americanas no fim dos anos 60; as diversas manifestações que ocorreram no ano de 2013 ao redor do mundo como Estados Unidos, Egito, Espanha, Turquia, Israel e Brasil; além de muitas outras ao longo do período capitalista da humanidade, possuem o fato comum de serem revoltas de base urbana.

A “base urbana” não se refere à condição de cenário para esses insurgimentos, mas à condição de origem do descontentamento. Se refere a forma com que o direito e o poder de planejar a cidade, de controlar os processos de urbanização, se concentram “nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos”. (HARVEY, 2014. p.63)

O que quero dizer, é que a compreensão do fenômeno urbano no capitalismo não pode ser entendido como o de um simples reflexo secundário das dinâmicas sociais de acumulação capitalistas, de um elemento que simplesmente responde de forma passiva às relações sociais construídas, mas sim a de que a cidade, cujo caráter é ser espacializado, é a própria relação social espacializada. Ela é tanto produzida pelas relações sociais como também as relações sociais são definidas por ela, num processo dialético.

Em outras palavras, a cidade é tanto produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento. Todos os agentes sociais são dominados e coagidos pelas suas próprias criações. Uma vez que se forma a paisagem física e

social da urbanização em alinhamento com parâmetros essencialmente capitalistas, até o próprio desenvolvimento capitalista se depara com certos limites que se interpõem no seu caminho.

Isso implica que, embora o processo urbano sob o capitalismo seja moldado pela lógica da circulação e da acumulação do capital, aqueles critérios modelam as condições e as circunstâncias da acumulação do capital em pontos posteriores do tempo e do espaço. (...) os capitalistas, como todos os demais, não fazem isso sob circunstâncias históricas e geográficas de sua própria escolha individual, mesmo quando desempenham um papel coletivo importante e mesmo determinante ao moldar aquelas circunstâncias. (HARVEY, 2005. p.163)

Ou seja, até as próprias lógicas do capitalismo precisam se moldar à estrutura existente para que possam perpetuar suas próprias leis de acumulação e circulação. É essa leitura mais completa da dimensão espacial referente à teoria da acumulação de Marx que Harvey destaca de grande importância.

Os urbanistas são vistos como especialistas, embora o núcleo verdadeiramente significativo da teoria macroeconômica marxista se situe em outro lugar. (...) não houve nenhuma tentativa séria de integrar a compreensão dos processos de urbanização e da formação do espaço construído à teoria geral das leis que regem a circulação do capital. (HARVEY, 2014. p.81)

2.2. A urbanização capitalista

No capitalismo, a urbanização é potencializada para além do que já foi em qualquer outro momento da história da humanidade. É importante lembrar que as cidades são preexistentes ao capitalismo, porém também é imprescindível saber que com ele as cidades se incorporaram a tal ponto que se torna impossível pensá-lo sem elas.

Toda sociedade se estrutura a partir do modo como os homens se organizam para (sobre)produzir socialmente seus bens. Desde seus primórdios, as cidades se estabeleceram nos lugares onde as relações sociais, conseguiram gerar uma produção excedente, ou seja, um volume de produção que vai além da subsistência da sua própria população. A urbanização, portanto, sempre foi um fenômeno de classe, onde o excedente servia para a manutenção de um grupo que não precisava trabalhar diretamente na produção, e que por sua vez detinha o controle sobre o seu uso, como por exemplo as relações entre o senhor feudal e seus vassalos, ou o cidadão grego e seus escravos.

Para compreender como o espaço é produzido em qualquer ponto temporal e geográfico da história, é necessário (...) investigar e compreender as relações sociais que se dão neste mesmo espaço (...), o modo de organização das forças produtivas, o estado da técnica e dos conhecimentos socialmente acumulados, (...) construções sociais abstratas (Estado e ideologias, por exemplo). Acima de tudo é necessário entender o modo como se organiza o trabalho que o produz ao mesmo tempo em que é por ele condicionado. (HALFEN, 2014, p.21)

Sob o capitalismo emerge uma conexão íntima entre o próprio desenvolvimento do sistema e os processos de urbanização em si.

De forma simplificada, pode-se dizer que a lógica capitalista de produção se estrutura através de um processo cíclico de expansão progressiva. Há pelo capitalista o investimento inicial de capital, a agregação de valor à esse capital através da sua transformação em mercadoria pelo trabalhador, o escoamento de toda essa mercadoria no mercado consumidor, a obtenção do lucro através do retorno do capital em volume maior que o investido, e o reinvestimento desse novo montante de capital para gerar mais lucro.

(...)o capital, como representante da forma universal de riqueza – do dinheiro –, é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. Cada limite é e tem de ser obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital – o dinheiro que se produz a si mesmo. Tão logo deixasse de sentir um determinado limite como obstáculo, mas se sentisse à vontade nele como limite, o próprio capital teria degenerado de valor de troca a valor de uso, da forma universal de riqueza a uma existência substancial dentro dela. O capital enquanto tal cria um mais-valor ilimitado; ele é o movimento contínuo de criar mais-valor. O limite quantitativo do mais-valor aparece para o capital somente como barreira natural, como necessidade que ele procura incessantemente dominar e transpor. (MARX, 2011, p.264 *apud* TEIXEIRA, 2014, p.164)

Essa reprodução contínua do capitalismo demanda uma busca sempre eterna de maiores territórios férteis para tal. “E é essa busca o que dá forma à política capitalista”. (HARVEY, 2013)

Porém é nesse ponto que, como disse antes, o próprio capitalismo precisa se moldar pois precisa enfrentar uma série de embarreiramentos à sua expansão constante. Essas barreiras se encontram em todos os pontos da cadeia de expansão do capitalismo.

Por exemplo, sobre a relação entre o capitalista e o trabalhador: se a mão de obra for escassa e os salários altos, (como no caso dos países centrais do capitalismo) ou até mesmo onde as leis trabalhistas impeçam práticas mais abusivas por parte do empregador, impossibilitando o crescimento da taxa de lucro através da redução do que é gasto com a manutenção da mão de obra, essa mesma mão de obra existente deve ser uma mão de obra disciplinada, com altos índices de produtividade, ou então é preciso encontrar novos trabalhadores através da imigração (em muitos casos em condições ilegais) ou de investimentos no exterior, que compensariam com baixos custos de manutenção.

Também na relação do capitalista com outros capitalistas concorrentes através das

(...) leis da competição que levam ao desenvolvimento contínuo de novas tecnologias e formas de organização, que permitem ao capitalista superar os concorrentes que utilizam métodos inferiores. As inovações definem novos desejos e necessidades, reduzem o tempo de giro do capital e reduzem a distância que antes limitava o âmbito geográfico onde o capitalista pode procurar outras fontes de mão de obra, matérias-primas e assim por diante. (HARVEY, 2013)

E também sua forma de se relacionar com o mercado consumidor, onde

Se não houver poder aquisitivo suficiente no mercado, então é preciso encontrar novos mercados, expandindo o comércio exterior, promovendo novos produtos e estilos de vida, criando novos instrumentos de crédito, e financiando os gastos estatais e privados. Se, finalmente, a taxa de lucro for muito baixa, a regulamentação estatal da “concorrência destrutiva”, a criação de monopólios por meio de fusões e aquisições e os investimentos no exterior oferecem saídas. (HARVEY, 2013)

Mesmo com a sobreposição de todas essas alternativas, a tendência é que esse processo de expansão se esgote e entre em crise. Não é um limite monetário mas limites de recursos naturais, de capacidade de produção e de consumo, onde o capitalista se vê impossibilitado de reinvestir seu lucro de maneira satisfatória. A acumulação de capital fica bloqueada, podendo se desvalorizar.

As mercadorias perdem o valor, enquanto a capacidade produtiva e as máquinas seguem se depreciando e são deixadas sem uso. No final, o próprio dinheiro pode ser desvalorizado pela inflação, e o trabalho pelo desemprego em massa. (HARVEY, O direito à cidade, *Revista Piauí*, jul.2013)

Então, através da necessidade de contornar essas barreiras e expandir o terreno da atividade lucrativa, a urbanização, assim como as guerras, passou (e ainda passa) a desempenhar um papel especialmente ativo na absorção da

produção excedente que os capitalistas produzem ininterruptamente na sua busca por lucros.

2.2.1. Paris, séc. XIX

A crise conjuntural que então emergiu foi uma crise geral no sentido em que abrangeu a maioria dos países do continente europeu, particularmente os mais avançados no processo de modernização, e a generalidade dos sectores da vida social, designadamente da económica, sendo que neste último plano se revelou ainda como crise mista, ainda quando atingiu as economias mais desenvolvidas. (BASTIEN, 2017, p. 60)

De escala europeia, a crise de capital não reinvestido e de desemprego que assolou o “velho mundo” foi especialmente aguda em Paris, provocando a partir de 1848 uma onda de revoltas tanto da classe trabalhadora como de setores republicanos da burguesia, esses que se revezavam tanto no desejo de mudanças como na manutenção de certos privilégios. A agitação política conduziu à queda do então rei Luís Filipe I e no final das contas, entre insurreições e supressões, resulta na ascensão ao poder através de eleições de Luís Napoleão Bonaparte, ou Napoleão III, que ao final do mandato em 1851 coloca em prática um golpe de Estado se autoproclamando imperador.

Napoleão recorre à repressão generalizada dos movimentos políticos divergentes (já esgotados pelo longo período de conflitos) para conseguir sobreviver politicamente, e encontra na implantação de um amplo programa de investimentos em infraestrutura tanto no país como no exterior (ferrovias em toda a Europa, e o Canal de Suez inaugurado 1869, após 10 anos de construção, por exemplo) uma maneira de lidar com a situação econômica.

No âmbito interno, veio a consolidação da rede ferroviária, a construção de portos grandes e pequenos, a drenagem de pântanos. E, acima de tudo, a reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris.

Em 1853, Napoleão III chamou Georges-Eugène Haussmann para cuidar das obras públicas da cidade. (HARVEY, 2013)

Haussmann compreende de forma clara que o objetivo do seu trabalho seria, por meio da urbanização, ajudar a resolver o problema do capital e do desemprego. Essa grande intervenção em Paris pelos padrões da época, cumpre seu papel de absorver enormes volumes de dinheiro e mão de obra, e aliada à repressão dos anseios dos trabalhadores parisienses, é elemento chave na estabilização da ordem social.

Para que se concretizasse, se fez necessário a aplicação de uma imensa engenharia financeira especulativa.

Haussmann precisou de instituições financeiras e de crédito. Ele ajudou a resolver o problema da destinação do capital criando um sistema protokeynesiano de melhorias urbanas de infraestrutura financiadas por títulos de dívida. (HARVEY, 2013)

Esse sistema teve fôlego para funcionar muito bem por um período de quase duas décadas, e implicou não só na transformação da infraestrutura urbana como também, e especialmente, na construção de um novo modelo de vida e uma nova personalidade urbana que pudesse absorver com maior vigor a nova escala de produção capitalista.

Paris tornou-se a Cidade Luz, o grande centro de consumo, turismo e prazer; os cafés, as lojas de departamentos, a indústria da moda, as grandes exposições – tudo isso modificou a vida urbana de modo que ela pudesse absorver o dinheiro e as mercadorias, por meio do consumismo. (HARVEY, 2013)

Mas então em 1868 o sistema financeiro especulativo criado para a aplicação desse projeto e as suas instituições de crédito superdimensionadas quebram.

Hausmann é demitido e Napoleão III, em desespero, busca a superação imediata dessa nova crise pela guerra contra a Alemanha de Bismarck, mas sai derrotado.

E no vácuo que se seguiu, surgiu a Comuna de Paris, um dos maiores episódios revolucionários da história do capitalismo urbano.

(...) nascida, em parte, de uma nostalgia daquele mundo que Hausmann tinha destruído, e do desejo de retomar a cidade por parte dos que se viram despossuídos pelas obras que ele impôs. (HARVEY, 2013)

2.2.2. Nova Iorque, séc. XX

Caso semelhante foi o sofrido por Nova Iorque no pós Segunda Guerra Mundial.

A própria guerra serviu para resolver temporariamente o problema do investimento de capital excedente da época, acompanhado do desemprego na década de 1930, devido à grande crise de 1929.

No entanto, era incerto ainda como se dariam os anos seguintes ao fim guerra.

Politicamente a situação era perigosa: o governo federal adotava, na verdade, uma economia nacionalizada, e estava em aliança com a União Soviética comunista, enquanto fortes movimentos sociais com inclinações socialistas haviam surgido na década de 1930. (HARVEY, 2013)

Assim como com Napoleão III, um ambiente marcado pela repressão política das classes dominantes se fez importante para a manutenção da ordem e restrição do dissenso na sociedade, precedendo e criando bases para os grandes investimentos de capital nas urbanizações de grande escala. É bem conhecida a

história subsequente do macarthismo, da “caça aos comunistas” em todo território norte-americano, da própria política da Guerra Fria e de todo o ambiente de desconfiança criado, da qual já havia sinais abundantes no início dos anos 40.

Na edição 77 da revista norte-americana *Architectural Forum* de Julho de 1942, um artigo escrito por Robert Moses (“What happened to Haussmann?,” *Architectural Forum*, 77, Jul. 1942, p.57-66), dedicou 10 páginas para documentar e analisar em detalhes, o trabalho desenvolvido por Haussmann à quase um século atrás.

A matéria documentava em detalhes o que ele tinha feito e tentava analisar seus erros, mas procurava recuperar sua reputação como um dos maiores urbanistas de todos os tempos. O autor do artigo foi ninguém menos que Robert Moses, que depois da Segunda Guerra Mundial fez com Nova York o que Haussmann tinha feito em Paris. Ou seja, Moses mudou a escala com que se pensava o processo urbano. (HARVEY, 2013)

As intervenções urbanas de Moses ajudaram a resolver o problema da aplicação do dinheiro por meio de uma reformulação do sistema de rodovias, transformação da infraestrutura, expansão para os subúrbios e uma reengenharia total de toda a região metropolitana.

Esse processo teve fôlego para se reproduzir em todos os grandes centros metropolitanos do país, sendo crucial na estabilização do capitalismo global depois da Segunda Guerra, num período em que os Estados Unidos impulsionaram toda a economia mundial não comunista, através do acúmulo de déficits comerciais.

Assim como Haussmann, “Moses se utilizou de instituições financeiras e novos esquemas tributários que liberavam o crédito para financiar a expansão urbana.”(HARVEY, 2013)

Mais uma vez assim como a Paris de Haussmann, a suburbanização dos Estados Unidos acarretou uma transformação radical no estilo de vida, potencializando não só a força consumidora da população, através do mercado imobiliário, da penetração dos eletrodomésticos no ambiente doméstico, de mais de um carro por família e de um enorme aumento do consumo de petróleo, como também uma transformação no panorama político, que pode ser ilustrado por exemplo pela questão da casa própria, que

(...) subsidiada para a classe média mudando o foco de ação da comunidade, que passou para a defesa dos valores da propriedade e da identidade individual, inclinando o voto dos subúrbios para o conservadorismo. (HARVEY, 2013)

Mais uma vez, esse tipo de projeto conseguiu garantir a estabilidade social, embora tenha cobrado o preço do esvaziamento do centro das cidades e da geração de conflitos urbanos entre aqueles a quem foi negado o acesso à essa nova prosperidade, como por exemplo a população negra norte americana.

Se o projeto de Haussmann teve papel importante na dinâmica da Comuna de Paris, a vida sem alma dos subúrbios também teve papel fundamental nos acontecimentos dramáticos de 1968 nos Estados Unidos. Estudantes brancos de classe média, insatisfeitos, entraram numa fase de revolta, buscaram alianças com grupos marginalizados que reivindicavam seus direitos civis e uniram forças contra o imperialismo americano, criando um movimento para construir um mundo diferente – incluindo uma experiência urbana diferente. (HARVEY, 2013)

Junto com a revolta de 68 veio a crise das instituições de crédito que tinham alimentado o boom imobiliário nas décadas anteriores. A primeira crise em escala global do capitalismo pós-Segunda Guerra. Ganhou força até que todo o sistema capitalista entrou em queda, derrubando vários bancos e afetando drasticamente as finanças de governos municipais como o de Nova York, que foi à falência técnica em 1975, antes de ser finalmente socorrido.

Movimentação política parecida insurgiu em Paris na mesma época

(...) a campanha para deter a via expressa na margem esquerda do rio Sena e a destruição de bairros tradicionais por torres e arranha-céus, como a Torre Montparnasse, influenciaram a revolta de 68. Foi neste contexto que o sociólogo e filósofo marxista Henri Lefèbvre escreveu *A Revolução Urbana*, que afirmava que a urbanização era essencial para a sobrevivência do capitalismo e, portanto, estava destinada a tornar-se um foco crucial da luta política e de classes. (HARVEY, 2013)

2.2.3. Séc. XXI, Globalização

No período que tangencia o início do século XXI, o processo urbano sofre uma transformação de escala, se globaliza. Sobre esse cenário, Maricato chega a indagar:

Considerando que uma parte dos Estados Nacionais é mais frágil que muitas das maiores corporações mundiais, e que estas não têm muitos limites para expandir seus poderes e impor seus modelos, quais são as perspectivas de desenvolvimento de um planejamento territorial inspirado na diversidade cultural, social e ambiental de cada país e cada cidade? (MARICATO, 2015, p.67)

Este questionamento olha para a homogeneização das lógicas que predominam a produção urbana ao redor do mundo, em detrimento das características próprias de cada territorialidade. Essa escala global torna difícil entender que o que está acontecendo é, em princípio, semelhante às transformações que Haussmann comandou em Paris.

Pois o boom da urbanização global dependeu, tal como todos os outros antes dele, da construção de novas instituições e arranjos financeiros que organizem o crédito necessário para sustentá-la.(HARVEY, 2013)

A urbanização se tornou o centro de atividades econômicas avassaladoras em escala planetária nunca antes vistas na história da humanidade, e muito disso se deve à integração dos mercados financeiros, através da flexibilização do financiamento do desenvolvimento urbano em todo o mundo. “O Banco Central chinês, por exemplo, teve forte atuação no *mercado secundário de hipotecas* nos Estados Unidos, enquanto o banco Goldman Sachs esteve muito envolvido na alta do mercado imobiliário em Mumbai, na Índia, e o capital de Hong Kong vem investindo na cidade americana de Baltimore.”(HARVEY, 2013)

Nos Estados Unidos, o setor imobiliário foi um importante estabilizador da economia no fim dos anos 90.

O mercado imobiliário absorveu diretamente grande volume de dinheiro, através da construção de residências e escritórios no centro das cidades e nos subúrbios; ao mesmo tempo, o aumento do preço dos imóveis – apoiado por uma onda perdulária de refinanciamento de hipotecas a um juro baixo recorde – impulsionou o mercado interno americano de serviços e bens de consumo.(HARVEY, 2013)

Essa expansão urbana americana conseguiu equilibrar a economia global, ao preço de os Estados Unidos acumularem enormes déficits comerciais em relação ao resto do mundo, e segundo Harvey (2013) “tomando emprestado cerca de 2 bilhões de dólares por dia para alimentar seu insaciável consumismo e suas guerras no Afeganistão e no Iraque.”

Sem controles adequados, essa onda de “financeirização” se transformou na chamada crise das hipotecas podres e do valor dos imóveis. “As consequências se concentraram, primeiro, nas cidades americanas e em torno delas, com implicações particularmente graves para os afro-americanos de baixa renda e famílias chefiadas por mulheres solteiras.” (HARVEY, 2013)

A crise também afetou aqueles que, sem poder pagar os preços exorbitantes da habitação nos centros urbanos, foram forçados a morar

nas semiperiferias metropolitanas. Nesses lugares, as pessoas compraram a juros, inicialmente baixos, casas padronizadas em condomínios construídos especulativamente; com a crise, passaram a enfrentar o aumento do custo do transporte para o trabalho e das prestações da hipoteca.(HARVEY, 2013)

Embora divida com os Estados Unidos no cenário internacional a hegemonia econômica, a China é o epicentro desse processo de urbanização global.

Na matéria do portal *Terra*¹ (MORENA, Fernanda. "Sonho de urbanização chinês trará 250 milhões para as cidades em 12 anos." *Terra* [São Paulo, SP] 22 de Junho de 2013. 03 de Julho de 2017 <www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/sonho-de-urbanizacao-chines-trara-250-milhoes-para-as-cidades-em-12-anos.eba7bb85fb86f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>.) o governo chinês planejava em 12 anos conseguir levar 250 milhões de pessoas que à época viviam em zonas rurais para os centros urbanos. Já em 2008, havia sido lançado um pacote econômico de 4 trilhões de *yuans* com o objetivo de conter os impactos da crise econômica mundial, criada pela bolha econômica norte-americana. "O estímulo colocou o país asiático em débito, aumentando o preço dos imóveis e criando a mesma especulação nos imóveis chineses".

Ainda na própria matéria, Tom Miller da consultoria *GK Dragonomics* e autor do livro *O Bilhão Urbano da China* (em tradução livre, sem edição em português) afirma que "se aprovado, significa que a urbanização será uma política central nacional; ou seja, as pessoas serão obrigadas a saírem de suas casas para viver em cidades". Miller ainda salienta que se não houverem projetos sociais que integrem essa população à sociedade urbana, a tendência é de que a desigualdade se intensifique dentro das cidades.

Também segundo artigo de 13 de maio de 2014 publicado pelo jornal *Financial Times* (ANDERLINI, Jamil. "Property sector slowdown adds to China fears" *Financial Times* [Londres] 13 de Maio de 2014. 03 de Julho de 2017

<https://www.ft.com/content/4f74c94a-da77-11e3-8273-00144feabdc0?mhq5j=e3>), estudos produzidos pela companhia de serviços financeiros e de negócios americana *Moody's Analytics*, o setor imobiliário é o mais importante motor da economia chinesa, que por sua vez tem sido o principal motor da economia global durante a crise mundial que começou em 2007.

Em entrevista para a IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) durante sua estadia no Brasil em 2012 (http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2720:catid=28), Harvey afirmara que todos os países que estimularam o fortalecimento de relações econômicas com a China superaram os efeitos dessa crise recente rapidamente.

A Austrália (...) como fornecedora de matéria-prima para a China, quase nem sentiu os efeitos da crise (...). A China consumiu, nos últimos três anos, metade da oferta de aço do mundo. Situação semelhante (...) com minério de ferro. Com o consumo (...) de cobre, o Chile tem se dado muito bem. A China consome (...) bom volume de maquinaria sofisticada – e a Alemanha tem se dado bem com isso. (...) no Brasil, (...) em parte com a associação com a China, vocês conseguiram se sair bem.

Ainda no artigo da *Financial Times*, a construção, venda e mobília de apartamentos representou 23% do PIB chinês em 2013. Se somados os gastos com infraestruturas físicas de grande porte (estradas, ferrovias e obras públicas de todo tipo) então quase metade da economia chinesa está voltada para urbanização. A China consumiu mais de metade do aço e do cimento globais ao longo da última década. Em apenas dois anos, de 2011 a 2012, a China produziu mais cimento que os Estados Unidos em todo o século XX.

Mais de 100 cidades chinesas já ultrapassaram a marca de 1 milhão de moradores nesse período, e lugares que antes eram pequenas aldeias, como Shenzhen, se tornaram grandes metrópoles de 6 a 10 milhões de pessoas. (HARVEY, 2013)

Assim como em todos os casos supracitados da lógica de surgimento de grandes crises econômicas seguintes à absorção de capital excedente pelos processos de urbanização durante o capitalismo, a blindagem chinesa parece começar a dar os seus primeiros prenúncios de esfriamento. Como salientado anteriormente, a crise econômica de 2007 eclode nos Estados Unidos e atinge de forma contundente toda a fração da hegemonia Norte Americana do cenário econômico internacional.

Porém, segundo a publicação de 2014 da The New York Times (BRADSHER, Keith, “China’s Sizzling Real Estate Market Cools” The New York Times, 13 de Maio de 2014. 03 de Julho de 2017 <www.nytimes.com/2014/05/14/business/china-real-estate-falls-back-to-earth.html>), “depois de quase duas décadas de incessante crescimento do setor imobiliário e de infraestrutura Chinês, finalmente o mercado mostra sinais de cansaço, com grandes consequências econômicas e políticas para o país”³.

Ainda segundo o jornal, a questão é até quando o mercado imobiliário vai continuar diminuindo, e que tipo de problemas irão se alastrar para outros setores econômicos, como o setor financeiro. “Qualquer esgotamento na economia chinesa poderá reverberar de forma preocupante pelos mercados financeiros globais”.³

Mais uma vez, assim como nos casos anteriores, esse mais novo processo de urbanização globalizado trouxe mudanças substanciais de estilo de vida. Os elementos que compõem a qualidade de vida nas cidades se transformaram em mercadoria. O consumismo através também do turismo e das indústrias culturais e do conhecimento se tornaram peças importantes da economia urbana.

A tendência pós-modernista de incentivar a formação de nichos de mercado, nos hábitos de consumo e nas expressões culturais, envolve a experiência urbana contemporânea numa aura de liberdade de escolha – desde que se tenha dinheiro. Proliferam os shopping

centers, cinemas multiplex e lojas padronizadas, as lanchonetes e as lojas artesanais. Temos agora, nas palavras da socióloga Sharon Zukin, a “pacificação pelo cappuccino”. (HARVEY, 2013)

É um mundo onde o modelo para a socialização humana é pautada pela ética neoliberal de individualismo e pela recusa de formas coletivas de ação política. Vivemos, cada vez mais, em áreas urbanas divididas, desiguais e propensas a conflitos. A acumulação cada vez maior por parte das elites contribuem para que a concentração da pobreza alcance número inéditos (MARICATO 2015 apud DAVIS 2006)

Os resultados estão indelevelmente gravados no espaço das nossas cidades, que cada vez mais consistem de fragmentos fortificados, condomínios fechados e espaços públicos privatizados, mantidos sob vigilância constante. Bairros ricos dotados de todo tipo de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e segurança particular patrulhando a área 24 horas, convivem com favelas sem saneamento, onde a energia elétrica é pirateada por uns poucos privilegiados, as ruas viram torrentes de lama quando chove, e a norma é a moradia compartilhada. (HARVEY, 2013)

É a condição que remete à pergunta no início do item feita pela Maricato. Os ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento nessas condições se tornam muito mais difíceis de sustentar. A urbanização significa cada vez mais um processo para a crescente acumulação de capital e menos de solidariedades sociais, de governanças urbanas democráticas, onde o uso de formas próprias de barbárie e violência sobre populações inteiras funcionam como modo de ordenação social em nome do lucro.

2.2.4. A violência

Esse *novo desenvolvimento* não poderia ter ocorrido sem despejos e remoções massivas, que quase sempre tem uma dimensão de classe, já que é a

população empobrecida, marginalizada do poder político, que mais sofre com esse processo. A violência é necessária para construir o novo urbano sobre o velho.

Na Paris de Haussmann os velhos cortiços foram arrasados, usando o poder do Estado em nome do progresso e da renovação cívica. De forma deliberada ele definiu a remoção de grande parte da classe trabalhadora do centro da cidade, onde constituíam uma ameaça à ordem pública e ao poder político (traduz-se aos objetivos de potencialização da acumulação do capital através desse processo de urbanização). Haussmann acreditava que através do desenho urbano conseguiria criar padrões de vigilância e de controle militar suficientes para garantir a fácil dominação de insurgimentos de movimentos revolucionários (refutado pela própria formação da Comuna de Paris). Esse tipo de prática na realidade não resolve a questão da pobreza ou da violência, só a leva para outro lugar.

Na realidade, a burguesia tem apenas um método de resolver o problema da habitação à sua maneira – isto é, resolvê-lo de tal forma que a solução reproduz, continuamente, o mesmo problema. Esse método se chama “Haussmann” (...) Por mais diferentes que sejam as razões, o resultado é sempre o mesmo; as vielas e becos desaparecem, o que é seguido de pródigos autoelogios da burguesia por esse tremendo sucesso, mas eles aparecem de novo imediatamente em outro lugar (...) A mesma necessidade econômica que os produziu, vai produzi-los no lugar seguinte. (HARVEY, 2013 *apud* ENGELS, 1872)

Ainda segundo Harvey(2013):

O aburguesamento do Centro de Paris levou mais de 100 anos para se completar, com as consequências vistas nos últimos anos – revoltas e caos nos subúrbios onde se tenta engaiolar os marginalizados, os imigrantes, os desempregados. O ponto mais triste, claro, é que o processo descrito por Engels se repete ao longo da história. Robert Moses “atacou o Bronx com uma machadinha”, em suas próprias e infames palavras, provocando lamentos de movimentos de bairro.

Porém não é somente esse tipo de ameaça mais contundente que a população enfrenta. As tentativas de desapropriação pelo Estado anuladas pela resistência, acabam se concretizando na forma de um processo mais traiçoeiro e insidioso.

O crescimento das grandes cidades modernas dá à terra em certas áreas, em particular as de localização central, um valor que aumenta de maneira artificial e colossal; os edifícios já construídos nessas áreas lhes diminuem o valor, em vez de aumentá-lo, porque já não pertencem às novas circunstâncias. Eles são derrubados e substituídos por outros. Isso acontece, sobretudo, com as casas dos trabalhadores que têm uma localização central e cujo aluguel, mesmo com o máximo de superlotação, não poderá jamais, ou apenas muito lentamente, aumentar acima de um certo limite. Elas são derrubadas e no seu lugar são construídas lojas, armazéns e edifícios públicos. (HARVEY, 2013 *apud* ENGELS, 1872)

Embora Engels tenha trabalhado esse tema na Inglaterra do século XIX, ela se aplica exatamente da mesma forma na produção urbana contemporânea de vários lugares do mundo. Classificado por Harvey (2013) como “acumulação por desapropriação”, esse processo está no cerne da urbanização sob o capitalismo. São muitos os exemplos:

(...) Seul nos anos 1990: construtoras e incorporadoras contrataram grupos de capangas para invadir bairros pobres nos morros da cidade. Eles derrubaram a marretadas não só as moradias como todos os bens daqueles que tinham construído suas próprias casas nos anos 1950, em terrenos que depois se valorizaram muito. Arranha-céus, que não mostram nenhum vestígio da brutalidade que permitiu a sua construção, agora recobrem a maior parte dessas encostas. (Harvey, 2013)

Índia,

Em Mumbai, 6 milhões de pessoas oficialmente consideradas como moradores de favelas estão assentadas em terras sem título legal de propriedade; (...) No esforço de transformar Mumbai num centro financeiro mundial (...) a terra ocupada por esses moradores parece cada vez mais valiosa. Dharavi, uma das maiores favelas de Mumbai,

está avaliada em 2 bilhões de dólares. A pressão para limpar o terreno – por motivos ambientais e sociais que mascaram a usurpação das terras – aumenta dia a dia. (Harvey 2013)

Estados Unidos,

(...) embora tendam a ser menos brutais e mais legalistas. Quando esse procedimento foi contestado na Suprema Corte americana, os juízes decidiram que era constitucional que os municípios se comportassem dessa maneira, a fim de aumentar sua arrecadação com os impostos imobiliários. (Harvey 2013)

No Brasil não é diferente. A regularização fundiária, que a princípio parece ser progressista, é mais efetiva para a introdução dessas terras até então ilegais no mercado imobiliário do que de permanência da população que até então habitava esses assentamentos informais, pois sofrem com a insegurança de renda e trocam facilmente sua casa por uma quantia relativamente baixa de dinheiro.

2.3. Direito à cidade

Pode-se concluir de modo geral que a urbanização, numa escala crescente, vem desempenhando um papel de fundamental relevância no reinvestimento dos lucros ao preço de fortes processos de agudização da desigualdade e de bloqueio à autonomia de construções populares. Regularmente essa disparidade resulta em revoltas.

Recentemente houveram sinais de rebeliões pontuais por todo o mundo, e qualquer uma dessas revoltas poderiam ter se tornado contagiosas. Porém, ao contrário da estrutura de mercado financeiro, os movimentos sociais urbanos e das periferias das cidades em geral não têm conexão entre si. Por isso, ao se indagar qual deveria ser a pauta comum que conseguiria produzir uma unidade a esses movimentos, o próprio Harvey entende que

A resposta a essa pergunta é bastante simples em princípio e num primeiro momento: um maior controle democrático sobre a produção e a utilização do lucro. E uma vez que o processo urbano é um dos principais canais de uso desse dinheiro, criar uma gestão democrática da sua aplicação constitui o direito à cidade. (HARVEY, 2013)

Essa questão se pauta dentro da própria história do Estado no capitalismo que, segundo Harvey (2013), sempre teve uma parte do lucros em forma de tributo, e que a proporção à sua disposição foi, por isso, significativa nas fases sociais -democratas do capitalismo. Situação que o neoliberalismo nos últimos 30 anos batalhou para a privatização desse controle.

Os dados para todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico mostram, porém, que a fatia estatal da produção bruta tem sido mais ou menos constante desde os anos 70. Assim, a principal conquista neoliberal foi evitar que a parcela pública se ampliasse, como ocorreu nos anos 60. (HARVEY, 2013)

Além disso, o neoliberalismo também buscou desenvolver mecanismos de integração entre os interesses estatais e empresariais, garantindo assim o favorecimento às grandes empresas e as classes mais altas nos projetos governamentais urbanos. Aumentar a proporção do dinheiro em poder do Estado precisa ser associada à volta do controle democrático do mesmo.

Um exemplo desses mecanismos são as isenções fiscais cedidas pelo poder público às grandes empresas. O Estado de Nova York por exemplo, a cada janeiro publica uma estimativa do total de isenção concedida aos altos executivos pelos bancos e financeiras de Wall Street no ano anterior:

Em 2007, um ano desastroso para os mercados financeiros, os bônus totalizaram 33,2 bilhões de dólares, apenas 2% menos que no ano anterior. Em meados de 2007, os bancos centrais americano e europeu injetaram bilhões de dólares em créditos de curto prazo no

sistema financeiro para garantir a sua estabilidade; em seguida o Banco Central americano reduziu drasticamente as taxas de juros e injetou vastas quantidades de dinheiro no mercado a cada vez que o índice da Bolsa de Valores ameaçava despencar. (HARVEY, 2013)

Por outro lado,

cerca de 2 milhões de pessoas foram despejadas por não poder mais pagar as prestações de suas casas. Muitos bairros em diversas cidades americanas foram cobertos de tapumes e vandalizados, destruídos pelas práticas predatórias de empréstimos das instituições financeiras. Essa população não recebeu nenhum bônus. Essa assimetria não pode ser interpretada como nada menos que uma forma maciça de confronto de classes.(HARVEY, 2013)

Na verdade, não é preciso ir muito longe para identificar a disparidade com que o poder público tem administrado suas finanças. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, em estado de calamidade, entrou no ano 2017 com um rombo de 17 milhões de reais (BRITO, Carlos. "Em estado de calamidade, RJ entrará em 2017 com rombo de R\$ 17 bilhões" G1 [Rio de Janeiro, RJ] 11 de Novembro de 2016. 03 de Julho de 2017 <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/em-estado-de-calamidade-rj-entra-em-2017-com-rombo-de-r-17-milhoes.html>>). Na contramão, os débitos de empresas privadas com o próprio Estado já somam 77 bilhões de reais, que não são cobrados, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, aprovada no mês de junho de 2017 definiu que o governo abrirá mão de mais R\$ 9 bilhões em impostos, para conseguir assim arrecadar R\$ 800 milhões (WERNECK, Antônio. "Governo envia à Alerj projeto de teto de despesas menos rígido " O Globo [Rio de Janeiro, RJ] 28 de Junho de 2017. 03 de Julho de 2017 <<https://oglobo.globo.com/rio/governo-envia-alerj-projeto-de-teto-de-despesas-menos-rigido-21527594>>).

Enquanto isso, servidores do estado permanecem com salários atrasados, num cenário propício para a privatização dos serviços prestados pelo poder público.

Enquanto a UERJ, que além da Universidade pública conta com o hospital público Pedro Ernesto de capacidade de 500 leitos, enfrenta uma crise por conta da dívida de 360 milhões de reais (CARRO, Rodrigo et MAGALHÃES, Heloísa. "UERJ acumula dívida de R\$360 milhões." Valor [São Paulo, SP] 16 de Janeiro de 2017. 03 de Julho de 2017 <<http://www.valor.com.br/brasil/4836880/uerj-acumula-divida-de-r-360-milhoes>>.), a empresa Oi de telecomunicação tem sua dívida de 64 bilhões de reais perdoada pelo governo e o Congresso brasileiro (FRAZÃO, Felipe. "Planalto dará presente bilionário às teles" Veja [São Paulo, SP] 19 de Dezembro de 2016. 03 de Julho de 2017 <www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/sonho-de-urbanizacao-chines-trara-250-milhoes-para-as-cidades-em-12-anos.eba7bb85fb86f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>).

No entanto, ainda não há oposição coerente a esses fatos no século XXI. Em muitos países existem movimentos sociais focados na questão urbana. Como o próprio Brasil que

Em 2001, aprovou o Estatuto da Cidade, depois de anos de pressão de movimentos sociais. Mas esses movimentos não convergiram para o objetivo único de ganhar mais controle sobre os usos do dinheiro – e muito menos sobre as condições da sua produção.

No ponto atual da história da humanidade, ainda segundo Harvey (2013) a luta deve ser global, exatamente na escala em que os processos de urbanização hoje ocorrem. Sem dúvida, a tarefa política de organizar um tal confronto é difícil

mas as oportunidades são múltiplas pois, como mostra esta breve história, as crises eclodem repetidas vezes em torno da urbanização e a metrópole é hoje o ponto de confronto – ousaríamos chamar de luta

de classes? — em torno da acumulação de capital pela desapropriação dos menos favorecidos e do tipo de desenvolvimento que procura colonizar espaços para os ricos. (HARVEY, 2013)

Um passo para a unificação dessas lutas é adotar o direito à cidade, como slogan e como ideal político, precisamente porque ele levanta a questão de quem comanda a relação entre a urbanização e a produção do lucro. Por isso, o real entendimento do termo Direito à Cidade, cunhado por Lefebvre é tão importante. Entender que a atuação da atual estrutura do capitalismo em capital financeiro, na urbanização, e conseqüentemente na forma como nossas relações sociais são conduzidas demonstra-se imperativo, pois como afirma Harvey (2013)

“para que os despossuídos possam retomar o controle que por tanto tempo lhes foi negado e instituir novas formas de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir em que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo; do contrário, não será nada.”

3. O URBANISTA

A falta de reconhecimento da dimensão territorial da desigualdade vai muito além (...) da relação entre pobreza e meio ambiente. Apesar de 82% da população nas cidades e 30% apenas em 9 metrópoles, a falta de política metropolitana, urbana e habitacional não constitui motivo para indignação de muitos. O fato das cidades de porte médio começarem a apresentar (...) ambientes pobres e segregados é reconhecido como problema não decorrente da existência desses “guetos” em si mas principalmente devido à luta que parte do Estado trava (...) com a criminalidade que avança (...) sobre o território “liberando” áreas do contrato social (...) para implantar regras específicas de convivência. A cidade ilegal que começa a superar em números a cidade legal, em várias capitais, é muito desconhecida. Melhor seria dizer que ela é oculta. (MARICATO, 2002, p.1)

3.1. Autonomia ou dependência

Nessa busca pelo direito à cidade ao qual estamos fadados a conquistar, qual seria o papel do urbanista? Qual tem sido a atuação dele nos processos urbanizatórios até então?

A busca pela autonomia de decidir nossas cidades passa pelo processo de disseminação dessas próprias leis que moldam nossos processos urbanos e conseqüentemente nossas relações sociais. A desigualdade urbanística é evidenciada pela segregação territorial.

O analfabetismo urbanístico, termo cunhado pela professora Ermínia Maricato para definir o que se entende como o *fetichismo* (no sentido empregado por Marx) dos processos urbanos, se coloca como barreira a ser superada. É muito comum a separação das circunstâncias sociais, econômicas, jurídicas e sociais dos aspectos urbanísticos e ambientais.

A reprodução da prática convencional do projetar do profissional arquiteto e urbanista na melhoria e na produção da habitação de interesse social, é o principal objeto de crítica do grupo de pesquisa MOM da UFMG, através do artigo *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*, de 2012. Tendo por metodologia a identificação do grau de abertura que as práticas oferecem a decisões e ações das comunidades, essa crítica específica se torna uma das teorias norteadoras da estruturação deste trabalho, já que a minha proposta é construir um novo caminho de atuação que tente superar as deficiências dessas mesmas práticas, potencializando o exercício do poder coletivo nas definições dos rumos da cidade.

“Consideramos negativos processos que criam novas dependências para os (ditos) beneficiários, e avaliamos positivamente a ampliação do seu poder político-espacial. No horizonte dessa avaliação está a ideia de autonomia coletiva, entendida como o direito e a capacidade de os

grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço. Autonomia é, assim, bem mais do que participação popular. Enquanto essa última sugere moradores convidados num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados“ (LOPES, KAPP, BALTAZAR, 2010; KAPP, BALTAZAR, 2012 *apud* KAPP, BALTAZAR *et al.*, 2012, p.3).

Mesmo se tratando do tema da habitação, é difícil não associar essa crítica da postura do arquiteto em outras esferas de atuação no contexto que predomina a autoprodução nas diferentes hierarquias de escala, além da própria prática dentro dos espaços formais mas que acentuam a desigualdade e que atingem diretamente a população sem lugar na formalidade. O próprio artigo explicita essa questão:

“Nesse artigo procuramos abordar tal hiato a partir do entendimento de como o arquiteto tem atuado no contexto em que predomina a autoprodução em pequena escala, especificamente nas favelas, onde sua atuação tem sido crescente. Nas últimas duas décadas, tem havido um crescente investimento em iniciativas de melhoria das favelas. Isso inclui programas públicos, projetos internacionais, apoio de organizações não governamentais, pesquisas acadêmicas e projetos artísticos e técnicos dos mais diversos matizes.” (KAPP, BALTAZAR *et al.*, 2012, p.2)

Embora o artigo saliente o fato do enorme crescimento de realizações voltadas para a melhoria das favelas nos últimos 25 anos, vem de quase um século o olhar para essa questão pela via institucional nas cidades brasileiras, e junto com ele, as suas deficiências na resolução da questão, que costumam se repetir ao longo de cada novo programa aplicado.

Até então, as realizações dos governos da República Velha (1889-1930) no sentido de produzir habitação ou de regulamentar o mercado de aluguel tinham sido praticamente inexistentes (GAPA, 1985 *apud* Bonduki, 1994). Em um país de economia predominantemente agrícola exportadora e alinhado ao liberalismo

predominante, o Estado privilegiava a produção privada e se abstinha da mediação direta na construção de casas para os trabalhadores.

De fato, suas iniciativas restringiam-se à repressão às situações mais graves de insalubridade e à concessão de isenções fiscais, que beneficiavam basicamente os proprietários locadores, estendendo a sua rentabilidade (Rolnik, 1981 *apud* Bonduki 1994). Foi o período que viu o surgimento das vilas operárias, cortiços, e casas geminadas.

Na época em que os centros urbanos modernizaram-se fundamentados na representação europeia de civilidade, com planos urbanísticos de idéias haussmanianas, a justificativa da repressão se dava através da legislação sanitária e da ação policial, visto que o problema habitacional era encarado como uma questão sanitária. Era evidente a influência do movimento higienista na configuração urbana e espacial do período, propositor do combate às habitações ditas insalubres para evitar as endemias que vinham assolando as cidades (OUTTES, 1999 *apud* CAPPARELLI *et* OUTTES,2014).

Embora a questão habitacional fosse colocada como um problema de saúde, não era entendida pelo governo como seu o dever de prover habitações higiênicas e dignas para os trabalhadores.

Diante desse impasse a alternativa do Estado para tentar resolver o problema da moradia dentro do contexto liberal da primeira República, foi o incentivo à iniciativa privada.

“Adotados por todos os níveis de governos e regiões do país, os estímulos à iniciativa privada foram sempre muito bem aceitos por todos: higienistas, poder público e empreendedores.” (BONDUKI, 1998, p.41).

Esta estratégia era também um meio de controle do trabalhador que se via preso às vontades do patrão (baixos salários, longas jornadas de trabalho) pois a perda do emprego significaria também a perda da moradia. Mas também muitos empresários descobriram que habitação podia ser um meio de aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho, além de controlar os movimentos políticos (BONDUKI, 1999, apud CAPPARELLI et OUTTES,2014).

“Foram essas as mais significativas formas de intervenção do Estado no setor da habitação até a década de 1930. Sob o controle da burguesia cafeeira, o Estado liberal-oligárquico tratou a questão de um ponto de vista sobretudo repressivo, ditado pela ordem sanitária, postura coerente com sua abordagem dos problemas sociais.” (BONDUKI, 1998, p.41).

A habitação no Brasil só passa a ser assumida como uma questão social pelo poder público e pela sociedade durante a chamada Era Vargas (1930-1954), dentro de uma postura mais ampla da intervenção do Estado na economia e na regulamentação das relações capital/trabalho. É quando a habitação deixa de funcionar completamente às “livres forças do mercado”. Aqui o Estado passa a intervir na construção, comercialização, financiamento e locação habitacional. Ou seja, tanto no processo de produção como no mercado de aluguel (Bonduki, 1994).

A Lei do Inquilinato de 1942 em específico regulava o congelamento dos aluguéis, e era apresentada como um instrumento de proteção às classes populares: Defendia o locatário e restringia o direito de propriedade. Na prática, segundo Bonduki (1998), a lei acabou por desestimular o investimento imobiliário e por conseguinte rebaixou o custo da força de trabalho. Ou seja, o que na verdade ocorreu foi o reequilíbrio da condição de exploração do trabalhador, que pode ser tanto através de um lado da balança, na interferência pontual nas taxas dos serviços, no caso da lei de 1942, como do outro, através do aumento salarial, que salienta Ermínia Maricato, ao expor que:

“Um aumento salarial pode ser engolido pelo aumento da tarifa de transportes ou do preço dos aluguéis das moradias.” (MARICATO, 2015, p.18).

Complementada:

“O problema não se resolve com a distribuição de renda ou de salário. Porque mais salário não compra transporte coletivo; não compra uma boa localização na cidade, porque isso fica mais caro. Aumento salarial é absorvido pelo custo da cidade e isso só se resolve com políticas públicas.” (MARICATO, 2015, p.114).

A fagocitação pelo capital dessas variações de salário e preço demonstra que a atuação não pode ser pontual, precisa englobar todo o processo de políticas sociais.

No mesmo período os IAPs pareceram a Vargas uma “solução mágica” para beneficiar as classes trabalhadoras “sem acarretar sacrifícios às classes conservadoras” (Bonduki, 2004).

Criado nos anos 30 por categorias profissionais e controlados pelo Ministério do Trabalho, significaram uma forma de capitalização compulsória voltada para o desenvolvimento econômico. Porém, o corporativismo excluía os pobres das políticas sociais estatais, aí incluída a política habitacional. Sobre os IAPs, disse Bonduki: “Considerando que dos três segmentos que deveriam contribuir com a previdência, dois deles – o Estado e parte dos empregadores – estavam sempre inadimplentes, foram sobretudo os trabalhadores que financiaram a previdência e, através dela, importantes projetos, estatais e privados, de desenvolvimento econômico” (2004).

Em 1946, já no governo Dutra, foi criada a Fundação da Casa Popular, que centralizaria os recursos e a gestão, antes pertencentes aos IAPs. Porém sofreu

fortíssima oposição da construção civil como dos próprios servidores da Previdência.

No Regime Militar, o Banco Nacional da Habitação também se caracterizou pela centralização dos recursos do FGTS e da gestão, porém foram majoritariamente aplicados nos investimentos imobiliários voltados para a classe média alta. Bonduki menciona que, quando o programa tentou atender a uma população que se empobrecia, o BNH, ao invés de alterar o processo de gestão e de produção, optou por rebaixar a qualidade e o tamanho das unidades, mas não logrou atender às necessidades deste segmento, que continuou a improvisar moradias em loteamentos precários e em favelas (Bonduki, 2004, p.320)

No governo do PT, mesmo com a inclusão, pelo Ministério das Cidades, de um sistema que incluía “cooperativas e associações populares, para combater o déficit habitacional” (MCidades, 2008, p. 366), a grande maioria dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) por exemplo, são construções de centenas de unidades habitacionais em um único empreendimento, além de não impedir a construção lado a lado de vários empreendimentos, gerando uma massificação que se repete na história da habitação social no país.

O programa dá pouca atenção, e quase nenhum estímulo, a alternativas de produção em pequena escala e que vise autonomia dos moradores.

Ainda que exista a modalidade ‘Entidades’, esta é responsável por poucos empreendimentos e, ainda que em pequena escala, a autogestão nem sempre está associada à possibilidade continuada de autonomia dos moradores. (KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.2)

A cidade e a moradia continuam a serem vistas como direito dos proprietários. As lacunas da política habitacional para as camadas mais pobres, induziu que as habitações, ao longo de todo esse processo, fossem sempre produzidas pelo próprio morador e por sua conta e risco

A autoconstrução da moradia, espalhadas de forma rarefeita ou concentrada tanto nas periferias desurbanizadas quanto nas favelas, é um dos principais sintomas do processo de urbanização nos países periféricos do capitalismo como o Brasil.

Inseridas num grupo maior de modelo de produção que é a construção autogerida - estimada em 77% aproximadamente das moradias nas cidades brasileiras (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2009, p.138) - as habitações oriundas da autoconstrução são normalmente caracterizadas por serem casas precárias, unifamiliares, frequentemente ilegais em relação aos códigos e posturas relativas à construção e uso do solo (no caso das favelas, também ilegal no que se refere a ocupação espontânea de glebas urbanas desprezadas pelo capitalismo porém importantes ao trabalhador devido à proximidade com o local de trabalho), e em constante produção, resultantes de um processo sem a interferência ou participação de técnicos.

Essa especificidade da urbanização brasileira, e de todos os países de industrialização tardia se dá pela não inserção da habitação na cesta de consumo da reprodução social do trabalhador. (MARICATO, Ermínia, Política Habitacional no Regime Militar, 1987, pág.21).

A habitação, por mais que seja um direito básico, é colocada fora do cálculo de salário mínimo que permite (ou deveria permitir) o trabalhador viver, se alimentar, ter acesso à saúde, à educação, à cultura, constituir família, e ver seu filho tomar o seu lugar na cadeia produtiva no capitalismo.

Logo, longe da questão da habitação no Brasil ser realmente um problema, ela é uma solução. É uma forma de viabilizar a reprodução barata da força de trabalho.

Isso implica em sacrifícios e predação dessa força de trabalho, seja pela construção da casa nos horários de descanso (sobretabalho), seja pela baixa qualidade da moradia resultante desse processo. Esta baixa qualidade da moradia não diz respeito apenas ao congestionamento habitacional, à salubridade, ao conforto ambiental, enfim, mas também aos fatores de localização, à ausência de saneamento, à dificuldade de transportes, à dificuldade de abastecimentos, do atendimento à saúde, etc., (MARICATO, 1987).

Ou seja à dificuldade à cidade.

Dentro desse histórico de intervenções nas áreas informais das cidades brasileiras, a atuação do arquiteto e urbanista é delineada em três segmentos conceituais pelo grupo MOM, que ressalta ser

(...) improvável que algum profissional se identifique inteira e exclusivamente com um desses três tipos. Por outro lado, também é improvável que não encontre indícios deles em suas práticas. Vale a pena pensar em como, ainda que na melhor das intenções, pode-se estar perpetuando a lógica heterônoma que leva ao surgimento das favelas e à segregação urbana em geral. (KAPP, BALTAZAR et al., 2012, p.3)

A *atuação tecnocrática* se caracteriza como a atribuição ao profissional da função de agente da formalidade, através do Estado. É um trabalho desenvolvido que segue diretrizes de políticas públicas predefinidas.

Independente se o arquiteto atue com convicção, resignação ou de forma a elaborar um pensamento crítico sobre o ofício aplicado, ele não pode mudá-los radicalmente no contexto do lugar. É essa predefinição de normas e procedimentos que define a atuação tecnocrática.

A heteronomia está previamente definida e posta para a comunidade. De onde vem então essa norma alheia a que todo o processo deve se submeter?

Paradoxalmente, também as metodologias da atuação tecnocrática são elaboradas com ajuda de arquitetos e urbanistas. O problema é que não visam prioritariamente à mobilização do conhecimento especializado para situações novas de planejamento e produção do espaço; em vez disso, buscam o enquadramento dessas situações novas às antigas rotinas administrativas, financeiras e jurídicas da cidade formal. (KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.3)

A atuação tecnocrática não cria aberturas para o conhecimento vivido de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços, domésticos e urbanos. Parte-se da ideia de que o papel do arquiteto é 'resolver o problema', conciliando interesses contraditórios em vez de trazê-los à tona para que sejam discutidos e transformados ao longo do tempo por todos os envolvidos.

Esse modelo de processo não proporciona a ampliação crítica e de ação autônoma dos moradores. A fragilidade da participação popular nesses processos desmobiliza e despotencializa o poder que a população deveria ter sobre a urbanização

Assim, a atuação tecnocrática bem sucedida (segundo seus próprios critérios) implica moradores resignados a um papel de consumidores de espaços produzidos por instâncias heterônomas. Quaisquer melhorias a partir desse ponto dependem de novas ações externas.(KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.4)

O segundo tipo classificado como *atuação missionária*, pode o abranger desde um atendimento direto às famílias como através de outras entidades como ONGs e etc. Se caracteriza pelo papel assumido pelo arquiteto de transferir a cultura e o conhecimento do seu campo formal para um público que nunca teve acesso à esse tipo de construção teórica e que nunca precisou dele para produzir, assim como os missionários que pregam sua cultura religiosa aos não praticantes.

A diferença para a atuação tecnocrática reside na sutileza com que as imposições missionárias são colocadas.

Elas envolvem esquemas mentais provenientes de processos de socialização e aprendizado dos quais os indivíduos raramente têm consciência. Bourdieu (2007) chama de habitus essas disposições naturalizadas que caracterizam tanto classes e frações de classes, quanto grupos culturais e campos profissionais. O habitus se manifesta na linguagem, no gosto, na disciplina, na capacidade de abstração e planejamento, nas formas de expressão e assim por diante. Um indivíduo consegue reconhecer seus pares e distinguí-los de outros a partir dessas manifestações, mas dificilmente consegue relativizar o próprio habitus, pois toma suas disposições pessoais por 'normais'. (KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.4)

Nós mesmos, enquanto estudantes, também incorporamos um habitus reproduzido na academia e em demais mecanismos que se autoreferenciam, em convicções que se reforçam.

Ora, a gênese histórica dos serviços convencionais que arquitetos oferecem está na clientela de classe alta: o cliente traz suas demandas funcionais (explícitas) e simbólicas (implícitas); o arquiteto cria um arranjo formal; e, idealmente, o cliente aprova o arranjo, respeitando o arquiteto e seu projeto segundo a mesma matriz cultural do mecenas oitocentista que devota respeito ao artista e à sua obra (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008 apud KAPP, BALTAZAR et al.,2012).

O que realmente define a atuação missionária é o capital simbólico. mesmo práticas como a de Rodolfo Livingston (2004 apud KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.4) que propõe uma atuação mais participativa do cliente são insuficientes em contextos como as favelas. A lógica missionária ainda prevalece.

Nenhum arquiteto missionário deixa de perceber esse hiato. Porém sua atuação se caracteriza como missionária justamente por ele continuar decidido a melhorar a vida alheia segundo seus próprios

parâmetros (conscientes ou inconscientes) e se sentindo capaz de 'atender' o cliente, resolvendo os problemas que lhe são trazidos. Subjaz à sua atuação o habitus arquitetônico que menospreza questões sociais e econômicas levando à certeza de que as desigualdades sociais serão reduzidas pelo acultramento e pelo esforço dos pobres, como se numa sociedade capitalista houvesse possibilidades iguais para todos e como se a cultura dominante fosse o padrão universal almejado e não um instrumento de distinção de classe. (KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.4)

A terceira prática não tem o objetivo de solucionar os problemas que caracterizam as duas atuações anteriores, mas se baseia na ideia de que a mudança da percepção das favelas a partir de fora, a partir da cidade formal, possa produzir transformações significativas.

Um exemplo no Rio de Janeiro ilustra bem isso: o projeto Favela Painting, dos artistas holandeses Dre Urhahn e Jeroen Koolhaas.

O Favela Painting tem a intenção declarada de "levar a arte para o morro" e de transformar a favela em monumento. A partir de maquetes minuciosas, concebem-se pinturas abstratas ou figurativas que cobrem casas e espaços públicos, conferindo nova unidade visual ao caos das construções. Enquanto os empreendimentos iniciais ainda foram tímidos – Boy with kite (2007) e Rio Cruzeiro (2008) no Aglomerado da Penha –, a ação mais recente, intitulada O Morro (2010), pretende englobar toda a favela de Santa Marta (McGETRICK, 2008).(KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.4)

O projeto teve repercussão positiva tanto na mídia como entre a classe média, "por difundir uma imagem contrária a violência e criminalidade, oferecer cultura, treinamento e emprego às populações locais, e por ser iniciativa de uma ONG com patrocínio do governo holandês e de uma empresa privada." (KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.6) pois além de reforçar os preconceitos da classe média e a classificação dos favelados como trabalhadores braçais sem capital simbólico de

cultura, na verdade são os artistas e dos patrocinadores que se promovem sobre o trabalho realizado.

Na verdade, trata-se de um dos exemplos mais evidentes de ganhos simbólicos às custas de uma comunidade pobre. Os artistas encontraram nas favelas a superfície de projeção dos seus sonhos que jamais lhes seria concedida num bairro de classe média. E por mais que esses artistas enalteçam a participação, os moradores se envolveram apenas no trabalho braçal, não decidiram nada e até rejeitaram partes dos projetos (reações que os autores relatam com detestável humor benevolente). Em vez de aumentar sua autoestima, o Favela Painting invalida qualquer investimento estético que tenham feito ali ao longo do tempo e lhes interdita novas mudanças se não quiserem destruir uma 'obra de arte' e demonstrar, de novo, a sua suposta 'falta de cultura'. (KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.6)

Os tipos de atuação citados acima se cruzam no fato de serem produzidos mais por interesses de agentes externos do que pelos interesses dos próprios habitantes.

O primeiro passo para a superação dessa lógica passa pela livre circulação do conhecimento sem a mediação de um agente profissional

Seja qual for sua natureza, é decisivo que um instrumento desse tipo – chamamo-no de interface – não exija a mediação de um agente externo para ser usado. Portanto, o arquiteto que atua como inventor de interfaces não toma para si a função de mediador entre sujeitos e produção do espaço; é a interface que assume essa função. Para isso, ela não precisa consistir necessariamente num objeto físico; pode ser também um sistema de regras, uma estrutura organizacional ou outras formas mediadoras do convívio de pessoas entre si e com o espaço (BALTAZAR, KAPP, 2006; KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008; BALTAZAR, KAPP, 2010 apud KAPP, BALTAZAR et al.,2012, p.8).

3.2. Quando o conhecimento é ocupado

O exercício da autonomia, mesmo que dificultado pelas estruturas sociais, não deixa de existir em espaços onde o descontentamento se faz presente. A necessidade de acesso à direitos cria não só esse descontentamento como se transforma em força para que o que deveria ser aberto a todos, como a produção e a aplicação do conhecimento, seja tomado.

3.2.1. Ocupações escolares

A proposta de investigar as ocupações estudantis que, como fato político, ocorreram por todo o Brasil, parte da leitura de que os saberes ali produzidos e os processos vividos, conseguiram extrapolar a lógica institucionalizada de vivência de um espaço coletivo.

É imprescindível compreender que esses grupos, ao inventarem suas próprias táticas e estratégias dentro daqueles contextos, criando suas próprias trajetórias, experimentaram o tipo de autonomia e criatividade que são substanciais para a construção de um modelo menos árido de cidade.

As narrativas produzidas pelos estudantes integrantes do movimento OcupaJoão, do Colégio de aplicação João XXIII, apontam uma grande divergência entre as políticas instituídas (não só no âmbito escolar, mas que podemos ver replicadas nas cidades também) e as praticadas nas ocupações, expondo as disputas mais importantes que travamos, a busca pela emancipação e pelo direito de construir nossas relações sociais.

No Brasil, o movimento de ocupação de escolas públicas pelos secundaristas, como tática de resistência às ações do poder público, teve início em 2015 no estado de São Paulo. Estudantes da capital e de outros municípios paulistas ocuparam as escolas contra a “reorganização curricular” proposta pelo governador Geraldo Alckmin, que acarretaria no fechamento de escolas e na

transferência de estudantes e de professores para as unidades que ainda funcionariam. Após um período de conflito entre governo e estudantes, conseguindo chamar a atenção da sociedade e colocando o assunto em pauta na grande mídia, a ocupação conquistou o recuo do Estado, a revisão da política de reorganização proposta, e por fim a sua não concretização.

Em 2016, as ocupações se multiplicaram por todo Brasil, e em Minas Gerais, assim como nos demais estados brasileiros, o movimento do “Ocupa” ganhou protagonismo na resistência à precarização das condições físicas e humanas das escolas oriundas das novas reformas de escala nacional propostas pelo poder público. Também ocorreram no Rio de Janeiro e Ceará, em apoio às greves de professores, por uma educação de qualidade (o que se desdobrou em outras reivindicações). Em Goiás contra a transferência de gestão de escolas para organizações sociais (OS); no Rio Grande do Sul, por melhor infraestrutura; e em Mato Grosso, contra a proposta de parcerias público-privadas (PPP).

O movimento OcupaJoão, inspirado pelas outras ocupações no Brasil, reivindicavam o fim da PEC 241/MP 746, que previa a reforma do Ensino Médio.

Estávamos com medo de sofrer boicote da direção, os alunos que fizeram assembleia votaram unânimes na ocupação. Paramos as aulas, tiramos todo mundo das salas e fizemos uma “aula” na quadra, explicando por que ia ocupar. Tivemos uma conversa. (Ana Esther, 2º Ano)

Muitas das atividades planejadas pelos estudantes nas ocupações partiram de rodas de conversas, de forma horizontal e participativa. As atividades pedagógicas realizadas por professores e estudantes (da própria escola e de outras), profissionais liberais e artistas e a “grade de atividades” eram organizadas e divulgadas pelas redes sociais. O exercício do protagonismo no planejamento das atividades emerge como valor indispensável para estes estudantes. Colocavam em questão as possibilidades que têm de participar da vida cotidiana da escola: o

planejamento, a organização e realização das atividades, assim como dos espaços coletivos.

Entendo, assim como parecem entender os estudantes das ocupações, que, para além de ler, reler e utilizar as teorias, o encontro e as conversas permitem outras lógicas e saberes na formação.

(...) quem geriu a escola durante a ocupação foram os alunos, porque com as comissões a gente fazia tudo aqui dentro, a gente limpava, a gente fazia a alimentação, (...) eu limpei o Ensino Médio, limpei o refeitório, limpei o vestiário que era onde a gente tomava banho, todo mundo fazia o almoço todo dia, pessoal organizava tudo, então a gente geria a escola e foi uma coisa muito doida pois, justamente por a gente não ter esse sentimento de pertencimento, a gente não tem noção de como difícil é gerir a escola, e a gente começa a dar valor às coisas que a gente não percebia, aí a gente começa a perceber como é difícil manter o ensino médio limpo, como é difícil limpar, é um lugar muito grande, todo mundo passa (...). (Ana Esther, 2º Ano)

Aprender a cuidar da escola foi mais uma aprendizagem, mais uma forma de vivenciar aquele espaço, só que agora numa posição muito menos fragmentada dentro do espaço escolar, menos dependente. A possibilidade de se ter uma visão mais ampliada das estruturas cotidianas que sustentam uma escola, enriquece a construção de uma atuação e de uma inteligência operacional em espaços coletivos, onde mais uma vez podemos traçar o paralelo com a questão urbana e com o entendimento das suas lógicas de reprodução, para a partir daí, ser possível a construção criativa e autônoma de novos caminhos para as cidades.

O João XXIII tem muito uma burocratização, eu percebi isso muito na ocupação. Durante a ocupação a gente precisava da chave dos lugares pra gente pegar algumas coisas e lembro que era difícil pra gente conseguir pegar uma chave, tipo assim, eu precisava de uma chave do Ensino Médio, a gente pedia na coordenação e não podia, a gente ia na direção, e a direção pedia pra gente ir pra secretária, que pedia pra gente voltar pra coordenação...(Ana Esther, 2º Ano)

Era um jogo de empurra...(Igor, 3º Ano)

Até a gente pegar as chaves, porque quando a gente pegava as chaves, não devolvia...(Oruan, 8º Série)

A experiência de gerir um grupo não se restringia ao universo organizacional desse próprio grupo, mas também na sua relação com agentes externos, mas que detinham o poder de influenciar a própria organização interna. A escola passava a representar, para o grupo de estudantes a reprodução do espaço público no seu sentido de espaço de lutas, de disputa.

Sobre a eleição? foi que nem o Igor tava falando, quando a gente decidiu foi muita emoção, muito emocionante, a gente teve uma conversa, todo mundo sentou, e a gente conversou com o juiz, (...) a gente tava morto, a gente tava cansado, tinha acabado de cozinhar, aí a gente começou a conversar com o juiz, tipo assim, e ele querendo ou não, tava tranquilo, ele conversou com a gente, mas assim ele também queria, tipo assim, que acontecesse do jeito que ele queria, e tipo assim a gente ia negociar, de aluno negociar com juiz, também foi uma coisa que tipo assim, a gente não pensava que ia conseguir fazer, mas a gente conseguiu manter a ocupação durante esse tempo. (Ana Esther, 2º Ano)

A própria construção de uma unidade interna não acontece sem esse espaço de disputa, e entender que essa disputa não é resultado de uma desorganização ou de desordem, exatamente por não reproduzir uma lógica de falsa harmonia, mas é a condição essencial do ser humano como ser social de reproduzir sua necessidade de fazer política no seu sentido mais básico, que só pode ser alcançada quando se toma consciência da sua posição num cenário mais amplo e menos restrito.

A gente tinha uma página, chamada OcupaJoão, eles criaram uma chamada DesocupaJoão. Na época do enem a gente ia desocupar... (...) aqui era local de prova então a gente ia desocupar. então pra reocupar precisou fazer uma nova assembléia, e como a gente já tava

sabendo melhor das coisas, na segunda assembléia que a gente teve, a gente chamou um grupo da ocupação pra fazer defesa e um grupo contra a ocupação pra fazer uma defesa, pra fazer uma coisa mais democrática... (Ana Esther, 2º Ano)

Mas assim, não foi culpa nossa, mas o grupo do Desocupa foi totalmente desorganizado, eles não... não combinava antes, então foram totalmente desorganizados, tipo assim, tinham 5 contra a ocupação, exemplo, aí um falava uma coisa, outro falava uma coisa totalmente aleatória, totalmente diferente, mas que não fazia relação e não fortaleceu o movimento deles, e acabou que... (Igor, 3º Ano)

...Acabou que a assembleia também não foi unanimidade, mas foram cento e tantos... (Oruan, 8º Série)

... Mais de 70% com certeza (Igor, 3º Ano)

Assim como a cidade em seu caráter dialético, a escola também é (no sentido espacializado) em uma escala reduzida o resultado e a condição das relações sociais ali presentes. Um processo de ocupação, é um processo social muito contundente de transformação, pois significa uma modificação nas relações sociais ali vigentes. O aluno não se restringe mais ao papel de aluno, onde a sua dinâmica com o espaço escolar era definido de forma muito restrita, (tanto temporalmente como espacialmente), e nem as suas relações com os outros agentes do espaço escolar, como professores e funcionários, permanece alienada e hierarquizada.

Essa transformação ocorreu em todas as ocupações, e, no momento em que essas relações sociais com o espaço foram desmanteladas (através do ato de ocupar), que outros significados foram encravados naquele espaço escolar\urbano, as relações sociais também foram por ela moldadas.

O que significa, ter acesso a áreas até então restritas dentro de um espaço escolar? e ainda mais, o que significa construir essas descobertas do espaço escolar e remodelar suas relações com esse espaço?

Entrei no João XXIII na 8ª série, estou no 2º ano, e só fui saber que tinha laboratório de física esse ano. A gente tem o centro de ciências, mas nunca vamos ao centro de ciências, outras escolas visitam mais do que a gente. (Ana Esther, 2º Ano)

...ai a coordenação parou, e a sala virou o nosso QG, QG era a coordenação e a sala dos professores, porque tinha computador... (Oruan, 8º Série)

A gente precisava usar... (Ana Esther, 2º Ano)

É, postar na página e tal (Igor, 3º Ano)

Ainda mais sobre a reorganização espacial proporcionada pela ocupação, vale a pena a reprodução das falas, que ilustram bem a ressignificação espacial oriunda das reorganizações sociais dentro do universo escolar, e de como esse mesmo espaço ressignificado interferiu nas dinâmicas sociais.

Inicialmente, a demanda prática por um espaço para cozinhar, guardar os alimentos, tomar banho e etc:

No grêmio funcionou a nossa despensa, a gente deixava todos os nossos alimentos dentro do grêmio, inclusive os quatis que frequentam aqui, abriram e roubaram quase toda a nossa comida. (Ana Esther, 2º Ano)

No ensino fundamental a gente usava mais o grêmio, o vestiário e a cozinha, porque a gente ficou mais no ensino médio, a única vez que a gente veio mais pra aqui no fundamental foi no período de eleição, nas

salas lá encima, que a gente teve que vir pra cá pra deixar a eleição rolar, a cozinha era assim, e tinha dia que ficavam 5 pessoas (Oruan, 8º Série)

Era assim, a cozinha (...), o fogão ficava aqui, e a gente tinha que cozinhar pra tipo, tinha dia que eram 100 pessoas. (Ana Esther, 2º Ano)

Vestiários, tem feminino e masculino, mas tipo assim na escola no dia a dia a gente não usa o vestiário, é tá ali parado, serve para dispensa (...) (Ana Esther, 2º Ano)

Num espaço menos hierarquizado e menos alienado, a comunicação também se tornou uma demanda imprescindível:

Aqui é a rádio, a gente controla a rádio, era muito legal a gente fazia aviso pela rádio, “O almoço está pronto!” (Oruan, 8º Série)

E também, não vamos negar, quando era de madrugada a gente ficava aqui zoando, botava música, pessoal cantava, karaokê, foi bem legal. Ha, a rádio tá parada (Igor, 3º Ano)

Porque como a gente ficava lá no ensino médio, e por exemplo, cozinhas aqui, preciso de alho, preciso de alguma coisa, a gente usava a rádio. (Ana Esther, 2º Ano)

...ou a gente ligava, do orelhão aqui a gente ligava pra lá. (Igor, 3º Ano)

Assim como a reprodução das atividades, das oficinas, que representam a principal transformação da estrutura social dentro de uma escola, a quebra das hierarquias, e a quebra das grades de conteúdo estudado

Aqui tinha oficinas (Estacionamento), na quadra também tinha oficinas (Oruan, 8º Série)

Tinha oficina em tudo que é lugar nesse colégio (Igor, 3º Ano)

Aí... aqui é o ensino médio, e tipo assim, (...) as salas do primeiro andar a gente usava pra oficina, tipo tudo era oficina... todas as salas do primeiro andar tiveram oficina. Aqui é o anfiteatro que a gente usava pra... (Ana Esther, 2º Ano)

Pra Assembléias, café da manhã também de vez em quando rolava aqui, mas eram mais assembléias, e oficinas (Igor, 3º Ano)

Subindo escadas para o segundo andar:

Aqui era o QG (sala da coordenação), aí aqui ficava funcionando o da logística e da comunicação (Oruan, 8º Série)

É, foi pra isso que precisava. As salas aqui de cima serviam pra dormitório, aí todas as salas, tipo assim, tirando a coordenação e a sala dos professores que também era usada como QG e tal que também tem um computador lá dentro. As salas serviam pra dormir. (Ana Esther, 2º Ano)

O resultado da construção desses caminhos emancipatórios ficam forjados na forma como passamos a nos relacionar e ver o mundo, e a volta para o sistema hierarquizado de antes sempre parece um pouco mais amargo do que era antes

E eu, eu era do fundamental, então tipo assim, e na ocupação a gente ficou 90% do tempo aqui, aí pra mim era muito estranho estar no colégio e não estar aqui, estar sempre lá... (Oruan, 8º Série)

...é, e você pode ter o livre acesso à alguma coisa, você pode ir ali, você pode pedir aquela coisa, porque antes era meio que, tipo, tem muita barreira sabe? Não sei, antes quando eu era do fundamental, mas você tinha um certo medo de passar no ensino médio. (Ana Esther, 2º Ano)

É eu também! Antes da ocupação, eu tinha medo de passar do coliseu pra cá, aí na ocupação eu dormi aqui mais de 40 dias, então assim, aí depois acabou que ficou normal pra eu entrar aqui. E eu vejo que, tem pessoas da minha sala assim, que, que ainda tem medo de entrar aqui, e eu não tenho porque eu fiquei aqui. (Oruan, 8º Série)

É eu acho que é importante destacar isso, que tipo, essa questão do ensino médio e do fundamental é, juntou mais sabe? Algumas pessoas por exemplo entre salas, é... por exemplo, quando a gente tava no primeiro, no comecinho quando a gente entrou no primeiro, agente não tinha tanto esse papo com o 2º com o 3º... Mas depois da ocupação, tipo assim, a gente passou a ter mais conversa, conversa com todos os pessoais, não tem mais aquela coisa de panelinha, grupinho... (Maria Eduarda, 2º ano)

E tipo assim, que nem a, a gente era do primeiro ano, o primeiro ano, é... todas as salas são no andar de baixo, e tem que subir as escadas né, pra chegar aqui, e tipo assim a gente também tinha medo de vir aqui pra subir as escadas. Você vai perdendo, vai perdendo, você vai perdendo vai conversando, começa a conversar com pessoal do terceiro ano, gente do segundo, porque antes era tudo dividido. (Maria Eduarda, 2º ano)

Não se pode deixar de relacionar as formas de subversão das relações sociais de um espaço escolar traçadas pelos estudantes nos processos de ocupação ao redor do Brasil, com o tipo de atuação que devemos, como sociedade e como classe, forjar na busca do direito de construirmos nossa própria relação com as nossas cidades.

Nesse sentido, são questões importantes as maneiras como os estudantes tecem suas próprias práticas e o diálogo que estabelecem na materialização de alternativas e caminhos de uma vivência espacial. A experiência das ocupações escolares demonstram a capacidade do grupo, da potência do coletivo para transformar as relações sociais e a sua espacialidade.

E que fios podemos puxar das experiências narradas pelos estudantes nas ocupações para nossa atuação enquanto urbanistas nos espaços que construímos cotidianamente?

4. CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS: A INTERFACE

O importante papel que o arquiteto pode exercer na construção da luta pelo direito à cidade passa pelo poder de disseminação do conhecimento não só obtido mas também produzido por ele na busca da potencialização da construção dos próprios conhecimentos de toda a população, principalmente da que vive sem o acesso mínimo de qualidade de vida.

Das relações criadas tanto com o movimento estudantil do Colégio de Aplicação João XXIII e pelo movimento estudantil do CRB (Curso de Realidade Brasileira), a proposta de atuação através da criação de uma *interface*, nos moldes teorizados pelo grupo de pesquisa MOM da UFMG estrutura a proposta de atuação na disciplina de Trabalho Final de Graduação II.

O desafio será de criar interfaces para a apropriação do debate sobre a produção do espaço urbano e arquitetônico na sociedade capitalista fora dos círculos acadêmicos e profissionais, extrapolando da figura do profissional arquiteto e urbanista a mediação entre sujeito e produção do espaço, entendendo a importância da ampliação desse debate como uma das necessárias forças de atuação na busca da possibilidade de transformação da nossa forma de organização de sociedade de classes. Através de práticas educativas populares, buscarei gestar exercícios críticos com jovens secundaristas de escolas públicas sobre a nossa realidade urbana - especificamente de Juiz de Fora -, investigando de forma livre as dinâmicas da produção urbana e arquitetônica características das cidades brasileiras, os principais conflitos e sintomas dos processos de urbanização dos países periféricos e de industrialização tardia como o nosso, fundamentado na experiência cotidiana do público alvo para construir relações entre temas como Habitação, Mobilidade, Espaços Públicos, Espaços Violentos, Campo x Cidade, Espaços Decisórios e a cidade materializada em que vivemos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOANO, Verônica M. Educação popular e processo de consciência: a experiência do CRB na escola. Juiz de Fora, 2013-2014. 112 f. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013-2014.

ANDERLINI, Jamil. "Property sector slowdown adds to China fears" Financial Times [Londres] 13 de Maio de 2014. 03 de Julho de 2017 <<https://www.ft.com/content/4f74c94a-da77-11e3-8273-00144feabdc0?mhq5j=e3>>

ARAÚJO, André. David Harvey - Até agora, o combate à crise resolveu a situação de uma minoria, que acumula grandes riquezas à custa da maioria. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, DF, n.71, mai. 2012. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&mp%3Bid=2720:catid=28>. Acesso: 02/07/2017.

BESTIEN, Carlos. 1848: A primeira crise da teoria económica. **Notas Econômicas**, Coimbra, n.34, p.58-67, dez. 2011. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25219/1/NotasEconomicas34_artigo3.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 23/06/2017.

BRADSHER, Keith, "China's Sizzling Real Estate Market Cools" The New York Times, 13 de Maio de 2014. 03 de Julho de 2017 <www.nytimes.com/2014/05/14/business/china-real-estate-falls-back-to-earth.html>

BRITO, Carlos. "Em estado de calamidade, RJ entrará em 2017 com rombo de R\$ 17 bilhões" G1 [Rio de Janeiro, RJ] 11 de Novembro de 2016. 03 de Julho de 2017 <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/em-estado-de-calamidade-rj-entra-em-2017-com-rombo-de-r-17-milhoes.html>>

CARRO, Rodrigo et MAGALHÃES, Heloísa. "UERJ acumula dívida de R\$360 milhões." Valor [São Paulo, SP] 16 de Janeiro de 2017. 03 de Julho de 2017 <<http://www.valor.com.br/brasil/4836880/uerj-acumula-divida-de-r-360-milhoes>>

FRAZÃO, Felipe. "Planalto dará presente bilionário às teles" Veja [São Paulo, SP] 19 de Dezembro de 2016. 03 de Julho de 2017 <www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/sonho-de-urbanizacao-chines-trara-250-milhoes-para-as-cidades-em-12-anos.eba7bb85fb86f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>

HALFEN, Vitor. Porto maravilha e a alienação do trabalho em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro, 2014. 143 f. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

HARVEY, David. A Produção capitalista do espaço. São Paulo: ANNABLUME ed.1, 2005.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Piauí**, Rio de Janeiro-RJ, n.82, jul. 2013. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 15/06/2017.

HARVEY, David. Cidades rebeldes. São Paulo: Martins Fontes ed.1, 2014.

KAPP, Silk, et BALTAZAR, Ana Paula *et. al.* Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. 2012

MARICATO, Ermínia. Política habitacional no regime militar. São Paulo: Vozes, ed.1, 1987.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na periferia do capitalismo. São Paulo: HUCITEC, ed.1, 1996.

MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbanístico. **FASE**, Rio de Janeiro - RJ, mar. 2002. Disponível em:

<erminiamaricato.net/capitulos-e-artigos-academicos/>. Acesso em: 02/05/2017.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. Petrópolis: Expressão Popular, ed.1, 2015.

MARICATO, Ermínia. Participação no 66º Fórum de Debates Brasilianas.org, 2015, Transcrição do autor.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, ed. 2, 2008.

MORENA, Fernanda. "Sonho de urbanização chinês trará 250 milhões para as cidades em 12 anos." Terra [São Paulo, SP] 22 de Junho de 2013. 03 de Julho de 2017

<www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/sonho-de-urbanizacao-chines-trara-250-milhoes-para-as-cidades-em-12-anos.eba7bb85fb86f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>

TEIXEIRA, Francisco. Os limites do capital, de David Harvey: para a reconstrução da teoria marxiana das crises. **Crítica Marxista**, Campinas-SP, n.39, p.163-172, set.2014. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario2015_11_09_16_37_3786.pdf>. Acesso em: 29/06/2017.

WERNECK, Antônio. "Governo envia à Alerj projeto de teto de despesas menos rígido " O Globo [Rio de Janeiro, RJ] 28 de Junho de 2017. 03 de Julho de 2017

<<https://oglobo.globo.com/rio/governo-envia-alerj-projeto-de-teto-de-despesas-menos-rigido-21527594>>